



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

21 de fevereiro 2014



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: ADJORI	Editoria: Educação	Data: 21/02/2014
Assunto: Recursos		Página: Online



Volume de recursos para os Estados, DF e Municípios para fevereiro chega a R\$ 162,5 milhões

A Subsecretaria de Relações Financeiras intergovernamentais publicou nesta quinta-feira, 20 de fevereiro a Portaria 88/2014 que divulga o montante dos recursos que serão repassados aos Estados, Distrito Federal e Municípios no mês de fevereiro de 2014. O valor está de acordo com o item 1 do Anexo da Lei Complementar 115/2002.

São, no total, R\$ 162,5 milhões, sendo que R\$ 122,2 destinados a Estados e R\$ 40,3 a municípios. Os estados que detém a maior parcela dos recursos são: São Paulo (R\$ 50,6 milhões); Minas Gerais (R\$ 20,9 milhões); Paraná (R\$ 16,38 milhões); Rio Grande do Sul (R\$ 16,32 milhões) e Rio de Janeiro (R\$ 9,5 milhões).

Os valores discriminados são destinados para composição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 21/02/2014
Assunto: Plano Nacional de Educação		Página: Online



Deputados defendem texto do PNE aprovado pela Câmara

Na segunda reunião da comissão especial que analisa o Plano Nacional de Educação (PNE) na Câmara dos Deputados, a maioria dos parlamentares presentes mostrou-se a favor da aprovação do texto proposto pela Casa. Caso o texto seja retomado, o governo terá que investir, em dez anos, 10% do Produto Interno Bruto (PIB) em educação pública. O PNE está na fase final de tramitação no Congresso Nacional. Após ser votado pela comissão especial, será analisado em plenário e encaminhado para sanção presidencial.

O PNE estabelece metas para a educação a serem cumpridas nos próximos dez anos. Entre as diretrizes, estão a erradicação do analfabetismo e a universalização do atendimento escolar. O plano também destina 10% do PIB para a educação – atualmente são investidos no setor 5,3% do PIB brasileiro. O projeto tramita no Congresso Nacional há três anos. Já foi aprovado pela Câmara e pelo Senado e agora volta à apreciação dos deputados.

Ontem (19), o relator, Angelo Vanhoni (PT-PR), apresentou as modificações que foram feitas no texto. Movimentos sociais e entidades civis como Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), a União Nacional dos Estudantes (UNE), União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e a Campanha Nacional pelo Direito à Educação acompanharam a sessão e pediram a retomada do texto aprovado pela Câmara.

"A manifestação da maioria dos deputados é pela redação proposta da Câmara, no entanto, o Senado fez algumas modificações que acrescentaram e melhoraram o texto em diversos aspectos. Teremos que analisar meta por meta, estratégia por estratégia. Ainda não é possível ter uma visão geral de como será o processo de votação", disse.

Vanhoni destaca três principais alterações. Pelo Senado o investimento dos 10% do PIB deverão ser feitos em educação e não em educação pública, como previa a Câmara. A expansão das vagas gratuitas na educação profissional técnica e de nível médio também deixou de ter que ser feita no ensino público. A terceira alteração é a supressão da meta de expansão em 40% das novas matrículas da educação superior na rede pública.

Foi agendada para o dia 25 deste mês, uma audiência pública com entidades representantes da educação pública e privada. A expectativa é que o relatório seja apresentado e votado na comissão entre os dias 10 e 14 de março.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 21/02/2014
Assunto: Curso para prevenção		Página: on-line

DIÁRIO CATARINENSE

Educadores de escolas públicas de SC terão curso sobre prevenção ao uso de drogas

Estão abertas até 25 de fevereiro as inscrições para o curso de extensão "Prevenção do Uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas", que inicia no dia 17 de março. Serão oito meses de curso à distância, com duração de 180 horas. Podem participar grupos de 3 a 10 educadores por escola.

O curso é promovido pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça em parceria com a Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação e é realizado pela Universidade Federal de Santa Catarina- UFSC para os estados da região sul do Brasil.



Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 21/02/2014
Assunto: Nova idade para ensino fundamental		Página: 25

DIÁRIO CATARINENSE

Matrícula aos 5 anos é vista com ressalva

Decisão da Vara Federal no RS valerá para os três Estados do Sul em 2015

Uma decisão judicial pode mudar as regras para o ingresso de crianças ao 1º ano do ensino fundamental a partir de 2015 nos três Estados do Sul.

No entendimento do juiz federal Rafael Lago Salapata, da 1ª Vara Federal de Santa Rosa, no noroeste do RS, crianças com seis anos incompletos poderão ser matriculadas, desde que tenham capacidade intelectual comprovada por meio de avaliação psicopedagógica.

A decisão foi tomada neste mês, após o Ministério Público Federal (MPF) ajuizar uma ação civil pública, questionando os critérios definidos por resolução de 2010 do Conselho Nacional de Educação (CNE). Ela estabelece que o aluno

RODOLFO PINTO DA LUZ
Secretário de Educação de Florianópolis

“

Essa decisão pode prejudicar as crianças. Nesta fase, o aprendizado deve ser gradual, e adiantar etapas não é aconselhado.

só pode entrar no 1º ano do ensino fundamental se completar seis anos até 31 de março no ano da matrícula. Se a criança fizer aniversário após a data, ela deve ser matriculada na educação infantil.

As mudanças podem valer já no próximo ano no Rio Grande do Sul,

Santa Catarina e Paraná, região de abrangência do Tribunal Regional Federal da 4ª região onde a ação está tramitando, mas a União e os próprios governos estaduais ainda podem recorrer da decisão.

SC tinha 155 mil alunos matriculados na pré-escola

Se forem confirmadas para o próximo ano, as mudanças afetarão milhares de crianças. De acordo com o censo do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), Santa Catarina tinha 155,5 mil alunos na pré-escola em 2012 (o último dado disponível).

O MPF argumenta que a capacidade de aprendizagem das crianças deveria ser avaliada individualmente, não de forma genérica.

Ingresso precoce traz consequências

A União argumentou que as medidas para ingresso no ensino fundamental resultam de estudos técnicos do Ministério da Educação (MEC).

Na sentença, o juiz afirmou que a regra já foi flexibilizada em 2011 e 2012. “A partir das defesas ofertadas na presente demanda, é possível concluir que (a resolução) se orienta por

critérios essencialmente burocráticos, visando à facilitação organizacional dos sistemas de ensino”, escreveu.

O secretário de Educação de Florianópolis, Rodolfo Pinto da Luz, diz que a decisão não deveria ser regra.

– Pode prejudicar as crianças. Nesta fase, o aprendizado deve ser gradual, e adiantar etapas não é aconselhado.

A diretora de Educação Básica da Secretaria de Estado da Educação, Marilene Pacheco, reforça que crianças com menos de 6 anos podem ser matriculadas no fundamental a pedido dos pais, mas as consequências podem aparecer nas séries seguintes, como perda da espontaneidade e do interesse por estudar.



Veículo: Notícias do Dia

Editoria: Região

Data: 21/02/2014

Assunto: Escolas de Palhoça

Página: 19

Notícias do Dia

Prazo termina em seis dias

No dia 27 de fevereiro termina o prazo dado pela Justiça para que o governo do Estado executasse melhorias em seis escolas estaduais de Palhoça. O promotor do Ministério Público de Santa Catarina, Aurélio Giacomelli da Silva, da 1ª Promotoria de Justiça de Palhoça fiscaliza o cumprimento das datas. A SDR (Secretaria de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis) quer mais prazo judicial para realizar as readequações nas unidades de ensino. Não está descartada a possibilidade de nova interdição das escolas, caso a decisão judicial não seja obedecida.

Em novembro a justiça deu 90 dias para que melhorias fossem realizadas nas escolas: Padre Vicente Ferreira Cordeiro, Maria do Carmo de Souza, Senador Renato Ramos da Silva, Ivo Silveira, Benonívio João Martins e Professora Nicolina Tancredo. Naquele mês, as escolas ficaram fechadas por determinação judicial. Ao todo, mais de 6 mil estudantes foram afetados pela interdição das unidades às vésperas do fim do ano letivo. Após 48 horas, as portas foram reabertas mediante comprovação da SDR de que readequações urgentes tinham sido realizadas. Foi necessária a instalação de sistema preventivo de incêndio, de telas protetoras nas cozinhas, melhorias nos banheiros e revisão da rede elétrica. O Estado concentrou esforços e obedeceu a determinação.

“Os prazos se encerram dia 27 de fevereiro. Vamos peticionar nos autos para que os órgãos fiscalizadores como Vigilância Sanitária e Corpo de Bombeiros verifiquem a situação das escolas”, disse o promotor Aurélio Giacomelli da Silva. Ele lembrou ainda que o Estado se manifestou contrário aos prazos. E que recorreu na Justiça. “Estamos acompanhando e vamos oficiar os órgãos competentes”, repetiu, ao enfatizar que alguns prazos foram ampliados em virtude da burocracia pública.

Estado e Promotoria discutem propostas

Representantes da SDR se reuniram ontem com o promotor de Palhoça para discutir os prazos e apresentar propostas viáveis de execução das adequações. Em dezembro a SDR encaminhou um ofício ao juiz de direito André Augusto Messias com informações sobre os anteprojetos (arquitetônico, elétrico, preventivo contra incêndio e hidrossanitário) para as escolas. Naquela data,

a secretaria pedia o dobro de prazo, 180 dias para entregar as melhorias à comunidade escolar.

As aulas na rede estadual de ensino começaram no dia 17 de fevereiro, mesmo nas escolas que necessitam de reparos. A promotoria de Palhoça avaliará o laudo dos agentes fiscalizadores para então decidir se pede ou não a nova interdição das escolas.



Veículo: A Notícia	Editoria: Economia	Data: 21/02/2014
Assunto: Corte no orçamento		Página: 20

A NOTÍCIA

Governo anuncia corte de R\$ 44 bi

Redução no Orçamento da União vai permitir que o Executivo nacional alcance a nova meta fiscal de 2014

Apos meses de expectativas e incertezas dos investidores em relação aos rumos da política fiscal, o governo federal anunciou ontem um corte de R\$ 44 bilhões no Orçamento da União deste ano.

A ministra do Planejamento, Miriam Belchior, afirmou que a redução foi orientada para redução de custeio, para que o governo alcance a nova meta fiscal de 2014, estimada em 1,9% do produto interno bruto (PIB), o equivalente a R\$ 99 bilhões.

– Estarão mantidas no próximo período as restrições à compra de veículos, reformas e aquisições de novos edifícios para órgãos federais – disse a ministra.

Miriam garantiu que foram mantidos os investimentos considerados prioritários e que foram preservados integralmente recursos dos ministérios da Saúde, da Educação, do Programa Brasil sem Miséria e do Ministério da Ciência e Tecnologia. Ela também disse que houve um ajuste do déficit da Previdência para R\$ 40 bilhões, de R\$ 30 bilhões encaminhados pelo Congresso Nacional.

Com a medida, PAC perde R\$ 7 bilhões

A ministra comentou ainda a redução de R\$ 7 bilhões em obras do Programa de Acelera-

ção do Crescimento (PAC), mas destacou que mesmo com isso será possível tocar obras prioritárias do programa.

O ministro Guido Mantega comentou que a meta de superávit primário de 1,9% do PIB é baseada em parâmetros e projeções “exequíveis, realistas e conservadoras”.

Segundo Mantega, o ano eleitoral não pesou sobre essa definição da meta de superávit primário para 2014. Para ele, se tivesse sido levado em conta o pleito deste ano, quando a presidente Dilma Rousseff tentará a reeleição, o governo perseguiria um resultado primário menor, “para poder gastar mais”.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: ADJORI	Editoria: Educação	Data: 21/02/2014
Assunto: Pronatec		Página: Online



Pronatec está oferecendo vagas para alunos de escolas públicas

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) está oferecendo vagas para estudantes de escolas públicas que desejam participar do programa. Os interessados devem procurar, entre os dias 24 de fevereiro e 5 de março, as escolas e participar da seleção realizada pelas Gerências Regionais de Educação (Gereds). As matrículas são homologadas pelas instituições educacionais do Sistema "S", que oferecem os cursos técnicos.

O programa pretende atender em 2014, aproximadamente, 12.000 alunos em cursos técnicos e 14.000 alunos em cursos de formação inicial e continuada, totalizando 26 mil pessoas, em 2013 foram 25 mil. As aulas estão previstas para março e acontecem no contra-turno escolar nas entidades ofertantes como o Senai, Senac, Senar, Senat, além do IFC e IFSC. O Pronatec é uma ação do Ministério da Educação, em parceria com as Secretarias Estaduais de Educação.

Para Valquíria Valeria Santos, da Educação Básica e Profissional (Dieb), essa é uma proposta que possibilitará aos estudantes do ensino médio uma aproximação com o mundo do trabalho. "Esse programa faz com que tenhamos em Santa Catarina uma integração entre todas as redes de ensino", afirmou.

Pronatec

Segundo a diretora da Dieb, Marilene Pacheco, o Pronatec foi criado pelo Governo Federal, em 2011, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica. Além disso, busca expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio e de formação inicial e continuada. "É oferecido, exclusivamente, para alunos do ensino médio e todas as escolas podem participar", explicou.